

“CASTELO DE SESIMBRA”

Época Islâmica e Medieval

A época islâmica, no que concerne aos achados efectuados e expostos (saliente-se a cerâmica pintada e decorada), remete para o período em que a primitiva fortificação (alcáçova) foi construída. Neste original fortificado se deve procurar as origens do Castelo de Sesimbra. Esta época remonta aos séculos X, XI e XII. Neste período a região foi dominada por várias potências muçulmanas (Omíadas, Almorávidas, Almoadas e reinos Taifas, ou dissidentes, que à vez se sucederam no exercício de soberania na região).

Da época medieval – séculos XIII a XV – foram recolhidos, após escavações e achados no Castelo de Sesimbra, vários artefactos que testemunham o quotidiano da população no interior das muralhas (cerâmica, moedas, objectos metálicos e em osso, etc.) ¹, situação que perdurou até aos séculos XIV-XV, quando o abandono progressivo da população se tornou irreversível – em especial devido às condições de prosperidade que a Póvoa da Ribeira de Sesimbra oferecia: pesca, abastecimento de embarcações, indústria naval.

A criação da freguesia de Santiago na Póvoa da Ribeira em 1536 atesta bem a decadência da antiga sede de freguesia da Nossa Senhora da Consolação do Castelo em contraposição com a agitação comercial e humana que a nova povoação atingira. Na Visitação de 1516 o Mestre da Ordem de Santiago, D. Jorge de Lencastre, faz menção das dificuldades com que o alcaide de então se debatia e de que se queixava. O Castelo tinha vindo a albergar homiziados (condenados) como medida repovoadora, de resto pouco feliz, face a uma vila mais atractiva. ² Tendo sido cenário de violentas refregas entre muçulmanos e cristãos desde o século XII (não fosse a baía um dos pontos estratégicos mais importantes entre os rios Tejo e Sado) até à sua conquista definitiva em 1195 por D. Sancho I (logo povoado e administrado com a outorga de foral pelo mesmo rei em 1201), passou por muitas vicissitudes, tendo sido abandonado, derribado, reconstruído e reparado sucessivas vezes ao longo da história. Convive hoje com a sua história e abre-se para um novo futuro de que este museu faz parte e concorre.

¹ De referir um achado incomum, relatado n.º “O Cezimbrense” de 2.Dez.1934, na rubrica «Ecos e Comentários», sob o título elucidativo “Estranha descoberta”. Foi nesta época que se iniciaram os trabalhos intensivos de reparação e restauro do monumento levados a cabo pela DEGMN. Sendo necessário proceder a escavações para o arranque de pedra próximo de um dos torreões do Castelo (da Alcáçova) “os trabalhadores, descobriram num filão de pedras, quatro cavidades, contendo umas: ossadas e uma taça de barro; outras uma espada antiquíssima que mede um metro de comprimento e uma candeia de barro bem conservada.” Excitada a curiosidade dos habitantes da vila e motivados pelo facto insólito acorreram em considerável número ao morro íngreme do Castelo. O autor do artigo dá como certo não serem as cavidades túmulos, pela exiguidade de espaço, propondo uma tétrica utilização: local de suplício (seriam antigas covas ou silos?) de sarracenos ou cristãos. Por fim, diz-se que “a espada e a candeia, encontram-se numa arrecadação da Câmara Municipal.” O mesmo periódico, no final do mês de Dezembro dá conta de mais uma cavidade com ossadas humanas e um punhal.

² D. Manuel instituiu um Couto de 30 homiziados em 11 de Dezembro de 1496 (tal como o fez em outras localidades do país), com regras muito precisas (as ausências da vila intra-muros estavam bem regulamentadas – a nunca mais de 7 léguas de distância, por exemplo, entre outros condicionamentos –, sendo expressamente proibida a entrada na capital) numa derradeira iniciativa de povoamento do recinto castelar. D. João III, seu filho, confirma em 13.Jan.1529 tais disposições.

O período islâmico na Península Ibérica – designada de Al-Andalus – iniciou-se em 711 d. C., conhecendo o seu término em 1492, com a conquista do Reino de Granada.

O período medieval iniciou-se em 476 d.C. com a queda do Império Romano do Ocidente para as tribos bárbaras e termina com a queda do Império Romano do Oriente em 1453 d.C com a invasão turca-otomana.

Apareceram alguns vestígios pré-históricos junto da porta do sol, descobertos por Faustino Gaboleiro e Rafael Monteiro em Março de 1956. Trata-se de uma tumulação do Neolítico final ou Calcolítico (3000 a.C.) cujo espólio esta constituído por ossos humanos de um só indivíduo e uma enxó pequena de pedra polida (não suficiente para determinar a ocupação do morro do Castelo).

Consta também que apareceu uma moeda púnica que esteve guardada no Castelo e que depois desapareceu. Encontram-se dentro do castelo várias cavidades em forma de silo, havendo quem opte por as considerar uma necrópole púnica ou arábica.

Foram recolhidas moedas romanas durante a campanha de restauro dos anos 30-40 do séc. XX levada a cabo pela DGEMN (de Marco Aurélio a Teodósio I). Existem troços de uma estrada romana situada na vertente ocidental do Castelo. Diz-se que na vertente norte do morro do Castelo existiriam ruínas de um balneário romano. No entanto, E. Cunha Serrão, nunca recolheu materiais deste período.

Para além de uma moeda visigótica que também desapareceu, numa recente campanha de escavações foi encontrado um objecto de cerâmica, no topo sul do morro, junto à torre da atalaia, e que parece indiciar a presença visigótica (trata-se de um fragmento de fundo de *terra sigillata* tardia, passível de relação com os séculos V-VI).

Dentro do recinto da cerca vilã são exíguos os vestígios da presença islâmica, no seu exterior, estes surgem documentados no registo arqueológico identificado em Agosto de 2005, com uma cronologia balizada entre os séculos X-XII, associando uma presença que com a conquista cristã foi remetida para espaços periféricos, mesmo no próprio concelho, pois tendo o castelo como ponto central e ao traçarmos uma linha Sul – Norte, a poente nos extensos areais e na grande lagoa surgem topónimos de raiz árabe (v.g.: Alfarim, Azoia, Zambujal). Investidas de normandos, autênticas razias (como sucedeu em 844 d. C. e 966 d.C.), foram motivo mais do que suficiente para a constituição de uma rede de pontos estratégicos de vigia e alerta (“ribat”, um convento fortificado habitado por homens de fé com forte espírito guerreiro, os morábitos) e de defesa propriamente dita (na cumeada onde se ergue a alcáçova terá existido um “hisn” muçulmano, estrutura fortificada com cerca adossada à primitiva torre, guarnecida por um conjunto de guerreiros; o pequeno povoado surgiria ao longo do extenso afloramento rochoso, não se sabendo se amuralhado ou aberto). Vários materiais encontrados testemunham a presença árabe no local, nomeadamente loiça de cozinha e mesa (alfange, fragmentos de cerâmicas vidradas ou não, pintadas, grandes alguidares, candeias), azulejos partidos, etc.

1. Período da conquista territorial e dos governadores, durante o qual o Al-Andalus dependia do califado omíada de Damasco (711-756);
2. Emirado de Córdoba (756-929);
3. Califado de Córdoba (929-1031);
4. Edificação da primitiva fortificação muçulmana, no emirado omíada;
5. Período dos Primeiros Reinos de Taifas ou dissidentes (1031-1095);
6. Califado Almorávida, unificação sob a égide de uma dinastia berbere (1095-1144);
7. Período dos segundos Reinos Taifas ou dissidentes (1144-1147);
8. Interregno (1147-1190, domínio de vários governantes regionais sem supremacia de nenhum deles produto das divisões entre árabes);
9. Conquista do território pelo 1º rei de Portugal, D. Afonso Henriques, em 1165, ao Reino Taifa de Abu Wazir (que aproveitou a decadência do califado almorávida e a confusão resultante para se estabelecer como governador da região de Beja, na qual se incluía o Castelo e território de Sesimbra);
10. Califado Almóada de Abu Içufe Iacube II, al-Mansur (cognome que significa: o Vitorioso (califado este que perde totalmente o seu domínio em 1217, iniciado com as vitórias de al-Mansur em 1190), que consegue reconquistar largas porções de território da região a sul do Tejo a D. Sancho I, filho de D. Afonso Henriques, incluindo o Castelo de Sesimbra (1191-1195), Santiago, Alcácer, Palmela e Almada (os castelos de Sesimbra, Almada e Palmela foram destruídos nas batalhas);
11. Reconquistado em 1195 por colonos francos, primeiros a instalarem-se na região;
12. Por volta de 1200 os castelos conquistados e em ruínas são reconstruídos, num processo que dura alguns anos;
13. Em 1201 D. Sancho I dá o foral à vila intra-muros no Castelo, promovendo o povoamento da região e a sua defesa (confirmação do foral em 1218 por seu filho, D. Afonso II; em 1325, por D. Afonso IV; em 1367, por D. Fernando);
14. Só em 1217 são reconquistados os castelos de Alcácer e Santiago;
15. Em 1234 já existia um templo religioso no Castelo (edifício romano-gótico) e depois uma igreja quinhentista da qual nada também subsiste, salvo a base de uma coluna manuelina (conservada ao lado da porta da sacristia, para o exterior);
16. Em 1236 o Castelo é entregue à Ordem de Santiago (instituída por D. Fernando II de Leão, em 1170; os freires, conhecidos por cavaleiros espatários, podiam casar e tiveram papel determinante na conquista do sul do país) por D. Sancho II; cabe-lhe a sua administração, bem como do território envolvente (confirmação da doação pelo Papa Inocêncio IV em 1245 que confirma a doação da vila e templo, igreja matriz, construído no pós-reconquista, à Ordem Militar de Santiago); na sequência dessa doação que compreende a concessão de terras, rendas tributárias, primazia diocesana de Lisboa, existência de mestre-escola e deveres religiosos, na época de D. Sancho II encetam-se uma série de obras de reforço do aparelho muralhado e seus acessos (rua da porta do sol ou de azeitão até à igreja, do paço do alcaide

entroncando nesta, da porta da azoia até ao largo da igreja, da prata da igreja até à torre nova ou da atalaia onde moravam alguns homens ricos e responsáveis da fazenda real, e da Albergaria proveniente de um plano inferior confluindo também no recinto do templo religioso);

17. Localização de estruturas: 3 cisternas (uma das quais servirá de prisão, informação atestada por uma determinação de 1299 do comendador-mor nacional da ordem de Santiago ao comendador de Sesimbra), lagar de azeite, 16 silos distribuídos por dois núcleos (porta azoia e porta do sol), açougue, casa da câmara em frente ao edifício religioso no largo fronteiro à igreja, e *espiritual* ou hospedaria do compromisso do Espírito Santo (que dá o nome à designada rua d'Albergaria, cuja localização é referida na *Visitação* de 1516 por trás da Igreja Matriz e num plano inferior);
18. Em 1297, D. Dinis separa o termo de Sesimbra do de Almada e Palmela, elevando a vila a concelho em 1323; para além disso, confere mais privilégios à população de Sesimbra e ordena (pelo menos desde 1288) que se façam uma série de melhoramentos no Castelo, designadamente: o reforço das muralhas e a construção da torre poente, ou da atalaia;
19. Dois períodos de intervenções: entre 1248-1315 (D. Afonso III e D. Dinis) e entre 1357-1385 (D. Pedro I, D. Fernando, D. João I);
20. Em 1366 um documento da Chancelaria Régia de D. Pedro I constata o difícil povoamento da zona, afastada dos grandes centros e dos principais caminhos da época (Azeitão tinha primazia como nó central de tráfego entre Lisboa e o sul, de pessoas e de mercadorias, não sendo por acaso que foi preferida sobre Sesimbra para instalação de um juiz de comarca; não é por isso de estranhar que desde D. Dinis surja como "Couto de homiziados" como forma de povoamento e defesa da região, medida que se prolonga para os sécs. XV e XVI);
21. Participação da população local na edificação da cerca de Lisboa em 1377, por ordem de D. Fernando;
22. O reinado de D. Pedro I, marca o segundo período de edificação (barbacãs para protecção das portas da vila intra-muros);
23. Em plena crise dinástica, serve de abrigo a portugueses que se envolvem em escaramuças com os castelhanos, e em 1384, a armada de Castela em retirada de Lisboa ataca a Póvoa da Ribeira, a actual vila de Sesimbra e saqueia a região;
24. Em 1388, uma bula do Papa Urbano VI denuncia a degradação do Castelo;
25. A igreja é sede de freguesia desde 1388 até 1536 (ano da divisão de Sesimbra em duas paróquias: Castelo e Santiago);
26. Dinastia muçulmana do reino de Granada perdura de 1231-1492;
27. Em 14 de Março de 1427 Sesimbra tem banco nas Cortes por concessão real;
28. Debandada geral da população nos sécs. XV e XVI para a Póvoa da Ribeira, que recebe foral de D. Manuel em 1514, e é elevada a sede da freguesia de Santiago, em 1536;

29. Em 1516, numa das visitas do Mestre da Ordem de Santiago à vila antiga, é dito que a torre de menagem ameaça ruir; faz também referência à existência de um Hospital do Espírito Santo, tal como a de 1553, que o localiza “abaixo da Igreja da parte do Norte” tendo a ermida de comprimento 7 varas³ e meia e de largura cinco varas e quarto, paredes de alvenaria, chão de ladrilho e tecto de madeira (a associação de caridade e assistência entrou em decadência pela criação de um novo Hospital na Póvoa da Ribeira em finais do séc. XV; no entanto, em 1699, ainda se rezava aí missas; até hoje ainda não se encontraram vestígios do edifício no Castelo);
30. Em 1538 ocorre a última reunião da vereação⁴ da vila medieval;
31. No terceiro quartel do séc. XVII, reinaria já D. Afonso VI, são construídos quatro revelins ou redentes, para eventualmente se apetrechar o Castelo com poder de fogo em caso de haver necessidade de bater as estradas e caminhos em seu redor (estaríamos, ainda que no término, no período conturbado da guerra da Restauração – 1640-1668);
32. Igreja reconstruída em 1721;
33. O terramoto de 1755 deixou marcas no Castelo já arruinado;
34. Não há notícia do envolvimento relevante deste Castelo nas guerras peninsulares e liberais da primeira metade do séc. XIX;
35. Em 1847, é reservada uma área no Castelo, adjacente à muralha sul e a um dos revelins, para Cemitério (de acordo com a lei sanitária que proibia a continuação de enterramentos nas igrejas);
36. Em finais do séc. XIX⁵ e já em inícios do séc. XX, as casas pertencentes à Junta da Paróquia do Castelo são objecto de recuperação/embelezamento (a do actual “Centro de Documentação Rafael Monteiro e outras em redor – estas demolidas durante os trabalhos da DGEMN, nos anos 30 –, foram utilizadas para fins diversos: casa de habitação, por arrendamento; casa de sessão da Junta; casa paroquial, do pároco e do coadjutor; de arrecadação da carreta e dos apetrechos funerários; cocheira, palheiro e abrigo de animais); os únicos habitantes são o pároco e alguns residentes locais até aos anos 20/30, embora o pároco só abandone definitivamente o Castelo nos anos 50, com a construção da nova igreja-sede da freguesia do Castelo (orago: Assunção de Nossa Senhora, inaugurada em 1955 após três anos de obras) e da casa paroquial anexa, na Corredoura⁶; até 1993 reside na antiga habitação do prior, Rafael Monteiro, erudito da história local, e na casa adossada à igreja do lado sul residirá até data um pouco anterior uma família relacionada com este sesimbrense);

³ 1 vara equivale a 110 cm.

⁴ Presume-se que localizada em frente da Igreja (poente), e não como se apontou durante anos na “casa da cisterna”, situada nas traseiras da Igreja (nascente).

⁵ A “Gazeta Setubalense” já em 5 de Janeiro de 1873 (nº189, p.3) dá a seguinte notícia: “Vão ser reparadas as fortalezas da villa de Cezimbra”.

⁶ O pároco, Pe. Freitas (agraciado com o título de Monsenhor desde 1981), à frente dos destinos da paróquia do Castelo de 1941-1955, apesar de impulsionador e obreiro do projecto, logo a seguir à sua inauguração no dia 15 Agosto, da Assunção, de 1955, é conduzido pelo Bispo diocesano para a paróquia de S. Jorge de Arroios em Lisboa. Projectou, mas não gozou. No entanto, fez questão, tal a sua ligação a Sesimbra e às suas gentes, de ser enterrado no cemitério do Castelo quando falecesse, em cuja igreja iniciou aos 23 anos a sua vida pastoral, pautada por uma especial vocação para lidar com a mocidade.

37. Em 16 de Junho de 1910 é classificado como monumento nacional (ainda sob regime monárquico);
38. Nos anos 30-40 do séc. XX a DGEMN leva a cabo obras de restauro no Castelo arruinado;
39. Em 27 de Março de 1940, após as obras de restauro, o Castelo é cedido pela Direcção Geral do Património à autarquia (com a responsabilidade da sua conservação, urbanização mediante aprovação dos terrenos circundantes e manutenção da aplicação dada ao prédio);
40. As Festas em honra de Nossa Senhora do Castelo na Igreja de Nossa Senhora da Consolação, orago do templo (antiga Santa Maria do Castelo) realizam-se com regularidade até meados do séc. XX, altura em que a sede paroquial é transferida para a Igreja da Corredoura (1955), perto de Santana, construída para o efeito de raiz, sob a invocação de Nossa Senhora da Assunção;
41. 1945 – fixada uma zona de protecção do imóvel;
42. Década de 50 – início das sondagens e estudos arqueológicos intensivos;
43. 28.Mai.1960 – abertura do museu arqueológico municipal num anexo por cima da sacristia da antiga Igreja paroquial (transferido em 1982 para a vila, edifício na Rua Dr. Aníbal Esmeris; em 1987, para um pré-fabricado (do antigo ciclo preparatório) no Largo Luís de Camões; em 5.out.2006 retorna ao Castelo, para a mesma divisão, já com outro grau de segurança, conservação e nova lógica expositiva);
44. 1963 – construção de sanitários públicos;
45. 1965 – reparação da torre de menagem;
46. 1968 – proposta de fruição do monumento associado à criação de um museu regional;
47. 1972 – campanha de escavações arqueológicas na alcáçova levou à identificação do paço do alcaide descrito na visitação da «Ordem de Santiago» de 1516;
48. Anos 80 – consolidação das escadarias pétreas e muralhas, bem como reparação da Igreja, cujos trabalhos se prolongarão até 1995;
49. 1998 – arranjo dos espaços interiores com a criação de áreas de lazer e percursos pedonais;
50. 1998/1999 – campanhas arqueológicas;
51. 1999/2000 – conservação das torres e recuperação das muralhas;
52. 2000/2001 – calcetamento do largo fronteiro à Igreja, áreas de estacionamento, criação do «Centro de Documentação Rafael Monteiro» em Abril de 2000/posto de atendimento turístico, cafetaria;
53. 2003 – criação de um parque de merendas no sopé do Castelo;
54. Nov. 2004 – encerramento do cemitério no Castelo;
55. 2005 – nova interpretação museológica do local;

- 56.2005 – criação de um circuito museológico que viria a ser, cinco anos volvidos, melhorado em alguns aspectos e uma outra campanha arqueológica junta à torre nova ou da atalaia;
- 57.2006 – recuperação do antigo troço viário que liga o parque de merendas à porta do sol;
- 58.2006 – foram ensaiadas novas propostas de fruição do Castelo (tertúlias, música, dança, «Jornadas Medievais», etc.);
- 59.Em 5.Out.2006 foi inaugurado o núcleo de arqueologia no Castelo no piso superior da sacristia, onde já havia estado patente a colecção de arqueologia e arte sacra camarária nos anos 60 e 70, tendo sido transferida para a vila de Sesimbra em 1982 para o edifício da antiga repartição de finanças (Rua Aníbal Esmeriz), com novo figurino a partir de 1986 no antigo ciclo preparatório (Largo Camões), tendo aí permanecido até à sua reinstalação no Castelo, também modificada na escolha dos materiais de acordo com novo discurso e apresentação museográficas e renovada lógica museológica;
- 60.2006 – abertura da torre de menagem ao público com exposição sobre o Foral da vila, a vida quotidiana no interior do Castelo, a cronologia do monumento;
- 61.Finais de 2008 – A torre nova abre ao público com exposição sobre a evolução dos Castelos em Portugal e uma outra, no piso superior, sobre a história do concelho, Portugal e Internacional recorrendo a um friso sincrónico;

O território que actualmente constitui o Concelho de Sesimbra foi governado pelos muçulmanos até cerca de 1147, ano em que o Reino Taifa de Badajoz o perdeu para o Reino de Portugal, e voltou a ser reconquistado pelos Almóadas em 1190, e definitivamente perdido para o Reino de Portugal, reina D. Sancho I, em 1200 (Almada, Palmela e Sesimbra). Em 1217, Alcácer do Sal e Santiago do Cacém são reconquistadas, seguindo-se Silves em 1253 e o conseqüente rechaço em definitivo do invasor muçulmano.

Ainda há marcas da época islâmica (vestígios materiais e toponímia local).

Na toponímia são exemplos:

- Arrábida, do árabe *rabit* (vigiar) – espaço de retiro espiritual e vigilância da costa: mosteiro-fortaleza habitado por homens de fé com forte espírito guerreiro.

- Azoia, do árabe *zawiya* (canto da casa) – espaço de contemplação, de oração ou retiro: ermida, capela, lugar onde está enterrado um morábito (religioso muçulmano).